



A MUSEALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO E ADMINISTRAÇÃO DA MEMÓRIA

Carlos Augusto de Oliveira *

Resumo: O território pode ser entendido enquanto um museu a partir das perspectivas abertas pelo movimento denominado Nova Museologia e seu desdobramento acadêmico chamado Sociomuseologia. Isso nos permite compreender o patrimônio de uma maneira mais ampla, a partir de uma compreensão que contemple a musealização do território enquanto estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social. Essa proposta de musealização do território visa despertar nos indivíduos um conhecimento crítico e uma ação transformadora da sociedade.

Palavras-chave: Sociomuseologia. Museu de território. Memória.

Abstract: The territory may be understood as a museum from the perspectives open by the movement known as New Museology and its academic branch known as Sociomuseology. That allows us to understand heritage in a broader sense, from an understanding that contemplates the musealization of the territory as a memory management strategy and social development tool. The proposed musealization of the territory aims to enliven individuals to a critical knowledge and actions capable of transforming the society.

Keywords: Sociomuseology. Territory Museums. Memory.

* Museu de Arqueologia e Etnologia, MAE,
da Universidade de São Paulo, USP.
Bacharel e licenciado em Geografia pela FFLCH/USP.
Mestrando em Museologia pelo MAE/USP
E-mail: cao@usp.br



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr. 2015. ISSN: 2358-0593.

1. Introdução

O propósito deste artigo é evidenciar como o território pode ser compreendido e assumido enquanto um processo museológico, sendo devidamente apropriado em uma ação de musealização que vise oferecer uma maneira de preservar o patrimônio. Através disso, espera-se mostrar a possibilidade de a musealização do território servir enquanto estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social. Para tanto, faz-se necessário definirmos alguns conceitos centrais, como os referentes às noções de território e de musealização.

O mérito desse trabalho encontra-se na relevância de pensarmos nosso patrimônio, aquilo que nos liga uns aos outros e ao mundo em que vivemos. Embora haja trabalhos que abordem o assunto, a maneira de o tratarmos a partir da perspectiva de um museu de território ainda carece de discussão. As perspectivas abertas pelos museus de território e a discussão a elas atreladas não é inédita, no entanto ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. Os elementos aqui apresentados podem contribuir para tornar essa lacuna um pouco mais estreita, e ajudar-nos a olhar de maneira crítica e propositiva o campo desses processos museológicos que fogem ao modelo tradicional.

Os procedimentos adotados para a realização do trabalho que gerou este artigo foi um levantamento bibliográfico preliminar acerca da temática de museus de território e assuntos correlatos, seguido de uma revisão da literatura pertinente, acompanhada de uma reflexão crítica com base nos pressupostos teórico-metodológicos que pautaram nosso olhar.

O presente artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla, intitulada *A musealização do território e o ensino de Geografia em espaços não-formais de aprendizagem*, na qual ainda se encontra em curso, sob orientação da Professora Doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, dentro do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, sediado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e enquadrado na linha de pesquisa Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos.

Minha experiência formativa aproxima-me de alguma maneira à Geografia Humanística, à Geografia Cultural e mesmo à Fenomenologia, salientando a íntima relação do ser humano com seu mundo vivido e interessado em como ele percebe essa relação. O ingresso na área museológica com atenção a um olhar social estabeleceu um vínculo com a Sociomuseologia.

2. Desenvolvimento



O ser humano, mais do que um ser do mundo, é um ser no mundo. Ele não apenas existe, mas percebe sua existência, dessa forma, ele se relaciona intimamente com as outras pessoas e com o meio no qual está inserido. Essas relações criam laços identitários, fortalecidos por características que unem umas pessoas a outras, da mesma forma que as separam de outras. A identificação de características capazes de unir grupos sociais e vê-los separados de outros é uma relação de alteridade.

Esse processo também vincula as populações a determinados locais, tanto por questões naturais diretamente ligadas à sobrevivência, como também por fatores históricos e laços afetivos. No entanto, a racionalidade humana que torna o indivíduo capaz de identificar estas relações e estes vínculos pode ser ludibriada e ocultar interesses de grupos restritos que visem controlar parcelas mais extensas da sociedade. Para evitar isso é necessário o despertar de uma consciência crítica, é preciso se apropriar daquilo que é propriedade coletiva, ou seja, do patrimônio público.

A proposta de musealização do território que aqui apresentamos é justamente nessa linha de superação de uma dominação, onde a comunidade local conquiste sua autonomia e valorize seus aspectos culturais, exercendo a política de uma maneira ativa e participativa.

Primeiramente cabe esclarecer que o espaço pode ser entendido como a realidade na qual os seres humanos estão imersos; ele é facilmente imaginado e intuído, mas, por ser abstrato, é difícil explicá-lo e defini-lo¹. Essa realidade incorpora o sujeito individual, no entanto enfatiza a sociedade enquanto sujeito coletivo. As relações espaciais não são apenas relações naturais, são também relações sociais ou culturais: tanto as relações da sociedade com o meio em que ela se estabelece, como as de cada sujeito entre si, faz parte das relações espaciais. Portanto, tais relações são, antes de mais nada, relações socioespaciais.

O espaço, essa realidade que aqui tratamos, é um espaço social por natureza, pois é fruto da elaboração humana, de sua capacidade de interpretar sua existência no mundo. Ele não é apenas o local de onde foram retirados os objetos levados a um museu, é na verdade o lugar em que o patrimônio é reconhecido enquanto parte da realidade de uma determinada comunidade ali estabelecida.

No entanto esta realidade é muito ampla, de difícil, improvável, e talvez impossível assimilação por completo. O espaço é percebido e experienciado através de nossos sentidos e sentimentos, variando assim de pessoa para pessoa, segundo seus órgãos sensores ou as influências que condicionaram suas percepções². Esse espaço percebido é o que podemos

¹SANTOS, 2012a.

²TUAN, 1980; TUAN, 2013.



chamar de paisagem, é a realidade captada segundo alguns critérios que estabelecemos intuitiva ou racionalmente³.

Essa paisagem, contudo, não é a soma de uma série de elementos disparatados, pois não captamos os elementos formadores do espaço de maneira separada, como se estivessem dispostos aleatoriamente, mas os apreendemos articulados entre si, organizados uns em relação aos outros. Dessa forma, pressupõe entendermos a paisagem enquanto um organismo sistêmico, sua percepção se dá a partir da articulação dos elementos socioespaciais.

Um sistema pode se dar em várias escalas, mas ao nos referirmos à paisagem estamos falando da escala humana, referindo-nos ao que o ser humano é capaz de perceber e delimitar. Acontece que a percepção da relação entre os elementos constitutivos do espaço e consequentemente a maneira como apreendemos a paisagem varia segundo os condicionantes pessoais e sociais, de tal forma que um mesmo fragmento espacial absorvido por um olhar ocidental pode se revelar completamente diferente para um olhar indígena ou um olhar oriental⁴. Portanto, a paisagem é essencialmente cultural, pois são os seres humanos que identificam (ou não) as partes que a compõem⁵. Ela revela uma organização do espaço a partir de uma concepção de mundo de uma sociedade.

A totalidade do espaço abarca particularidades que se manifestam nos locais em que as pessoas estabelecem vínculos mais íntimos, fortes e intensos, dotando-os de significados e dando-lhes uma importância maior em relação a outros locais, o que acaba por fazer com que um espaço indiferenciado até então passe a ser singularizado, tornando-se o que podemos chamar de lugar⁶. Nós experienciamos o espaço a partir do lugar, este sim um conceito mais concreto e de fácil identificação.

Tais lugares são fragmentos pontuais de um espaço mais amplo e genérico. Eles podem ou não ter uma continuidade espacial. Além disso, se dão em diferentes escalas, de tal forma que o quarto de uma casa pode ser considerado um lugar da mesma maneira que todo o território de um país. O que determina o lugar não é sua extensão física, mas a intensidade das relações estabelecida entre o sujeito e seu meio (ou parte do meio em que está inserido).

Os lugares são entendidos a partir da percepção e vivência individual⁷, seria possível então falar de lugares coletivos? Não é difícil responder assertivamente a essa pergunta se retomarmos o exemplo da casa e notarmos que ela não é lugar apenas para mim, mas para todos aqueles que vivem comigo sob o mesmo teto. O mesmo podemos dizer da rua, do bairro, da

³ SAUER, 2004.

⁴ TUAN, 1980.

⁵ DARDEL, 2011; IPHAN, 2009; IPHAN, 2011; SAUER, 2004.

⁶ TUAN, 2013.

⁷ DARDEL, 2011.



cidade. Há determinados locais que são significativos não para uma ou outra pessoa, mas para um grupo considerável de entes dentro de uma população. São esses os lugares que nos interessam.

Uma população pode partilhar significados íntimos com diferentes locais do espaço em que vive: um determinado edifício pode ser reconhecidamente importante, grande parte da população pode frequentar certo parque ou praça, ocasionalmente pode haver um monumento que explicita um fato ou personagem importante para os habitantes, uma certa rua pode ser muito conhecida e procurada, outra pode também ser muito conhecida e evitada.

A relação estabelecida pode ser positiva ou negativa e, portanto, gerar uma relação de topofilia (afeição ao lugar) ou topofobia (aversão ao lugar), mas nunca de indiferença⁸. Através dessas relações notamos que há uma série de fragmentos do espaço habitado que são significativos para um conjunto de habitantes. Embora cada indivíduo possa reconhecer um local como sendo um lugar e não partilhar isso com outra pessoa, há muitos espaços que podem ser considerados lugares para um grande número de pessoas. Esse conjunto de lugares cria uma rede de significados, gera uma significância para uma área, e contribui para a construção da identidade da referida comunidade.

A apropriação e a articulação desses diferentes lugares vão constituindo um território, o qual pode ser entendido segundo uma perspectiva de relações de poder, como base de uma produção econômica, a partir de sua carga simbólica, subjetivamente, no enfoque das relações sociais ou de outras formas quaisquer. Tal variação se dará principalmente em função da área que adota o termo “território” (Antropologia, Psicologia, Geografia, etc.). Aqui o tomamos a partir de uma perspectiva política e cultural⁹.

A concepção política de território está relacionada com uma ou várias relações espaciais de poder. Nesse sentido o território é encarado como um espaço dominado onde se manifesta o poder de um ente (pessoa, corporação ou, o que é mais comum nesta acepção, o Estado). É o caso das fronteiras e limites na sociedade moderna, mas é também o caso dos impérios romano, mongol ou chinês com uma área de influência sem limites tão bem definidos como no Estado-nação do mundo de hoje.

Já na perspectiva cultural, o território é uma expressão simbólica, manifestação da identidade de um povo e local de construção dessa própria identidade¹⁰. Nessa linha há uma apropriação social do espaço por um grupo que estabelece vínculos com ele através de um processo de vivência e conseqüente valorização cultural.

⁸ TUAN, 1980.

⁹ CASTRO, 2013; HAESBAERT, 2014.

¹⁰ HAESBAERT, 2014.



Os seres humanos são mais do que seres unicamente biológicos, são seres sociais, dotados de uma vontade própria, de consciência, razão, emoção, livre arbítrio, pensamento teleológico, e outras capacidades que o levam a ter consciência das relações que estabelecem entre si e com o meio em que vivem. É essa tomada de consciência que pode levar a uma apropriação do espaço e à configuração de um território, entendido como uma escolha política e cultural. O território assim se define a partir da visão de grupos humanos, não é um dado natural, e envolve que seja reconhecido pelas pessoas¹¹. É esse reconhecimento ou não, inclusive, que levará a disputas territoriais, ou então levará a uma compreensão dele como instrumento de vida social. Ignorar ou desconhecer tais características, por sua vez, é o que leva a uma alienação que não só não permite se apropriar do espaço e configurar um território, como também inviabiliza a consciência das relações existentes.

A territorialidade surge como resultado do processo de formação do território, sendo sua expressão simbólico-identitária. Se o território é o espaço controlado, a territorialidade seria o próprio exercício desse controle. Os seres humanos estabelecem distintas territorialidades ao variar os agentes envolvidos (outros indivíduos ou grupos) ou então ao variar o território. Este estabelecimento de distintas territorialidades pode se dar de maneira eventual (no caso de processos migratórios), sazonais ou então de maneira cotidiana. Nós nos desterritorializamos e reterritorializamos a todo instante, como quando deixamos nossa casa e vamos estudar ou trabalhar. Cada local em que assumimos um papel social porta uma territorialidade diferente, pois as relações estabelecidas com as pessoas e com o espaço são distintas.

Notamos então que os seres humanos não estabelecem vínculos com um único lugar, mas sim com vários, formando uma rede de relações. Logo verificamos que o território vivido não é tão rígido quanto o território administrativo de caráter unicamente político. Há, na verdade, uma série de territórios estabelecidos pelos indivíduos, entre si, e entre as atividades que desempenham no espaço. Assim configura-se uma rede, assumindo que o território pode ser configurado a partir de fluxos, de relações permeáveis, articulando pontos em diferentes locais do espaço, sendo espacialmente descontínuo. Dessa forma supera-se a exclusividade do entendimento do território segundo um caráter zonal e contínuo, não permitindo sobreposições¹².

Esse território, por sua vez, pode ser encarado enquanto um museu; não o museu tradicional, reconhecido por um edifício e uma coleção que abriga, aberta a um público visitante, mas um novo processo museológico que serve a uma comunidade de pessoas segundo os referenciais patrimoniais que constituem sua identidade. Esse território entendido enquanto

¹¹ SANTOS, 2014.

¹² HAESBAERT, 2014.



um processo museológico é um meio de atingir determinado fim como a superação de diferenças sociais, a reabilitação de uma prática cultural, a manutenção de determinados hábitos e costumes, a preservação de uma história local.

A palavra museu se origina para nomear o templo dedicado às musas na Grécia antiga. Embora fosse um recinto em que se depositavam objetos diversos como oferendas, deixando-os expostos, o emprego do conceito aqui pouco guarda de semelhança com seu uso atual. É com o museu de Alexandria que o termo adquire a conotação que tem hoje, entendendo-o enquanto um fórum, local de discussão através dos vestígios materiais e imateriais das culturas para a produção do conhecimento e de construção da própria identidade¹³.

Famoso por sua biblioteca, o museu de Alexandria também fazia a função de arquivo, galeria, escola, revelando-se inclusive o embrião do campus universitário. No entanto desde sua destruição, o termo é banido, de tal forma que as práticas museológicas adotadas nos séculos seguintes serão nomeadas de outras maneiras como os gabinetes de curiosidades, as galerias, os antiquários e o colecionismo de particulares em geral. O termo museu será reabilitado somente no século XVIII quando o Louvre é tomado pela Revolução Francesa e tornado patrimônio público, servindo aos propósitos revolucionários que em grande parte se apoiaram na educação, principalmente através das escolas e dos museus, para fazer valer sua ideologia e unificar o povo, sobrepondo uma identidade nacional aos nacionalismos locais.

Esse será o estereótipo de museu que prevalecerá até os dias de hoje, propagando-se a partir do próprio Louvre, do Museu Britânico, do Prado e de outras instituições europeias que servirão de modelo para o que será estabelecido no restante do mundo. No entanto, no último século, a prevalência desse modelo museológico baseado em um edifício que abriga uma coleção e atende a um público vem sendo questionado e abrindo espaço para a expressão de outros processos museológicos como os ecomuseus, os museus de vizinhança ou museus de bairro, os museus comunitários, os museus ao ar livre ou museus a céu aberto, os museus integrados, entre outras iniciativas¹⁴ que podemos abarcar sob o rótulo de museus de território.

Embora não tenha necessariamente uma coleção, o museu de território possui sim um acervo, um conjunto de objetos sob um tratamento museológico, incorporado a um ciclo curatorial. As ações do processo curatorial iniciam-se com a formação de acervo, sendo que qualquer patrimônio pode vir a constituir um acervo museológico, o qual é definido pelo trato diferenciado com esse patrimônio e não apenas por sua eventual retirada de seu contexto

¹³ CHAGAS, 1999; DESVALÉES, MAIRESSE, 2013; GUARNIERI, 2010; MAIRESSE, DESVALÉES, 2005.

¹⁴ BARBUY, 1995.



original¹⁵. Nesse sentido, o patrimônio inventariado já tem um trato museológico definido e contribui na constituição de um acervo, esteja ele in situ ou não.

A pesquisa também é fundamental no processo curatorial, pois é ela que permitirá conhecer mais a fundo dado patrimônio e a relação das pessoas com ele bem como a realidade em que essas pessoas estão inseridas. Tal pesquisa deve ser relevante para essa comunidade, colaborando para sua autoafirmação e para apontar soluções para os problemas que enfrenta – não carece necessariamente que essa contribuição seja de grande vulto, mas que seja significativa, que contribua na formação crítica dos indivíduos, que gere um conhecimento pertinente.

A salvaguarda também é parte integrante desse processo. É comum concebê-la como a guarda e conservação de objetos materiais retirados de seu contexto, extinguindo seu valor de uso e muitas vezes de troca, conservando apenas sua carga simbólica. Isso é útil e importante, inclusive nos museus de território, mas não deve ser encarado como obrigação perante todo patrimônio musealizado. A adoção de inventários e de políticas patrimoniais permite que um patrimônio seja conservado ainda que permaneça em uso. Aliás, algumas formas de patrimônio necessitam permanecer em uso para que sejam preservadas, é o caso do patrimônio imaterial (como hábitos alimentares, danças, cantos, ritos, etc.).

Por fim, a comunicação, comumente dada através da exposição e de serviço educativo (mas também através de publicações e da elaboração de outros materiais e por outros meios), é outra ponta desse mesmo processo. Em um museu de território ela pode se dar simplesmente através do exemplo, na vida cotidiana dos habitantes do território de ação. Mas também pode se efetivar através da mediação para visitantes, em que haja a tomada de consciência do que vai ser comunicado, de seus processos constituintes que permitam reconhecer e questionar a própria comunidade e assim levá-la aos visitantes, fazendo não apenas com que eles a percebam, notem suas características, mas gerando uma reflexão crítica que inclusive permita aos mediadores e aos demais indivíduos, reconhecerem a própria comunidade na qual estão inseridos. É essencial que esse processo de comunicação seja constantemente crítico e não se torne mecânico, pois se assim o for, haverá apenas uma “transmissão” e não a produção de um conhecimento, não haverá reflexão e a comunidade acabará servindo ao turista, sendo que a prática museológica perde o sentido para o próprio local em que foi estabelecida.

Podemos ilustrar a temática aqui exposta com ao menos dois exemplos. Primeiramente o Ecomuseu de Itaipu, no Paraná, cujo território abarca 29 municípios da região onde está localizado o reservatório de Itaipu. Nesse território são desenvolvidas ações voltadas para as populações locais, sobretudo em escolas e creches, ou com públicos específicos como

¹⁵ GUARNIERI, 2010; BARBUY, 1995.



crianças, adolescentes e familiares. O Ecomuseu é parte integrante do Complexo Turístico de Itaipu, atingindo também visitantes e turistas em geral. O patrimônio valorizado neste Ecomuseu é extremamente diversificado, seu acervo reúne elementos de botânica, zoologia, arqueologia, geologia, bem como elementos culturais diversos e obras de engenharia, com destaque para a própria Usina Hidrelétrica de Itaipu¹⁶.

Outro exemplo é o Geopark Araripe, localizado no Cariri, no sul do Ceará, em meio ao semiárido nordestino. Seu território está distribuído ao longo de 6 municípios, nos quais encontram-se nove geossítios – locais de interesse histórico, cultural, geológico e paleontológico. Parte do interesse na implementação do geoparque é contribuir para erradicar problemas na região como a prostituição infantil e o tráfico de fósseis, ao oferecer alternativas de renda para as pessoas que vivem ali, fomentando o turismo, diversificando a produção econômica com atividades afins à temática do geoparque, atraindo o turismo científico e ampliando o acesso ao ensino e à pesquisa (instalando e ampliando universidades e instituições congêneres)¹⁷.

Diferente de um museu tradicional, o museu de território, embora aberto a um público amplo, é voltado prioritariamente para a comunidade na qual ele está instalado, servindo para que ela se reconheça nele, e que através disso ela seja por si mesmo valorizada, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas não necessariamente recolhidos para dentro de uma instituição, eles continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas.

Assim a tríade tradicional formada por edifício, coleção e público é ampliada para território de ação, patrimônio coletivo e comunidade de habitantes. Dessa forma o museu pode ser entendido enquanto instituição ou processo que lida com o patrimônio material e imaterial através de sua coleta ou registro, salvaguarda, pesquisa e difusão, atuando com a sociedade e visando seu desenvolvimento cultural e socioeconômico¹⁸.

Essa perspectiva de novos processos museológicos foi aberta pelo movimento da Nova Museologia que questionou as práticas museológicas na segunda metade do século XX, levando inclusive a que surja uma escola do pensamento intitulada Sociomuseologia. Esta é o desdobramento acadêmico deste movimento, em muitos pontos ela se contrapõe à Museologia tradicional, notadamente pelo alargamento da noção de patrimônio e seu entendimento enquanto construção coletiva¹⁹. Ainda assim, ela é parte da Museologia, a área do conhecimento que

¹⁶ ITAIPU BINACIONAL, 2015.

¹⁷ GEOPARK ARARIPE, 2015.

¹⁸ MAIRESSE, DESVALÉES, 2005.

¹⁹ BRUNO, 2006; MAIRESSE, DESVALÉES, 2005.



estabelece ligações cognitivas e afetivas entre as relações patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade, tendo como cerne o estudo da realidade a partir de um recorte patrimonial.

A Museologia não se restringe ao museu, mas se estende até onde estão as relações dos seres humanos com seu patrimônio²⁰. O fato museológico é seu objeto de estudo (ou tendência do conhecimento), ele pode ser definido justamente como a relação entre os seres humanos e os objetos em um dado cenário²¹, o qual pode ser tanto o de um museu tradicional como novas expressões museológicas.

Enfim, essa possibilidade inédita até algumas décadas atrás, se viabilizou diante dos esforços de reconhecimento do patrimônio público, de identificação dos referenciais patrimoniais de comunidades humanas, de esforço de preservação de sua memória e da construção de um legado para gerações mais novas, bem como de condições para que o mesmo se repita para gerações vindouras. Essa preocupação e empenho se concretizam em grande parte com o processo de musealização, que atribui o caráter de patrimônio a determinados objetos, os quais possuem um significado interpretado por distintos olhares humanos com o que as sociedades irão construir e transformar sua identidade.

O termo musealização está relacionado com os museus e com a Museologia, ele indica a ação pela qual algo se torna parte de alguma instituição museal ou algum processo museológico, ou no mínimo permita ser tratado segundo os pressupostos da Museologia. A musealização é um processo de significação ou ressignificação de um objeto, preocupando-se com as informações que ele traz²².

O termo *objeto* que é aqui adotado diz respeito aos elementos da realidade existentes fora dos seres humanos, os quais estes são capazes de identificar a partir de sua própria percepção e consciência²³. Tanto uma diminuta ponta de flecha quanto uma grandiosa paisagem podem ser consideradas um objeto, cada qual carregando consigo uma série de informações.

Através de um dado objeto é possível conhecer um contexto mais amplo, pois ele tem a capacidade de nos atualizar acerca de seu contexto original, ele porta uma carga simbólica, uma informação, sendo assim um documento, um testemunho²⁴. Um dado fato histórico pode ser algo passado, mas ele é presentificado ao ser comunicado através de um objeto pertencente ao fato em questão (uma arma utilizada em uma batalha, uma carta com as últimas palavras de um presidente antes de se suicidar, os fósseis de um dinossauro etc.) – o fato não existe mais (está

²⁰ BRUNO, 2006.

²¹ GUARNIERI, 2010.

²² BRUNO, 1999; GUARNIERI, 2010; DESVALÉES, MAIRESSE, 2013.

²³ GUARNIERI, 2010.

²⁴ BRUNO, 1999; GUARNIERI, 2010; MENESES, 2002.

ausente), mas ao mesmo tempo ele se torna presente através da comunicação estabelecida pelo objeto apresentado.

O objeto carrega consigo, portanto, uma musealidade, um valor documental, não apenas seu valor de uso ou de troca – aliás, o objeto perde estes últimos quando é recolhido para dentro de um museu tradicional (restando-lhe apenas seu valor simbólico), o que é compensado pela exposição pública que adquire, fazendo assim com que seu valor simbólico atinja uma comunidade maior de interlocutores. Já em um processo como de um museu de território, as funções originais podem ser preservadas, mas por sua vez a comunicação estabelecida é mais restrita, tendo como foco a comunidade de habitantes que detém o objeto.

Tanto em um caso quanto em outro, a musealização traz consigo um esforço de preservação, constituindo-se em uma tentativa de impedir que a informação trazida pelo objeto seja perdida²⁵. Quando um objeto qualquer se torna peça de museu, é inventariado, incorporado a um acervo, a uma coleção, o que se pretende não é apenas preservar tal objeto, mas principalmente todo o significado que ele traz consigo. Essa significância do objeto é intangível, e encontra nele sua expressão material.

A princípio todo e qualquer objeto que o ser humano seja capaz de identificar é musealizável, mas de fato só são musealizados os objetos (de cunho natural ou social) excepcionais que constituam vestígios da existência humana e de seu ambiente, permitindo interpretar o mundo e a própria noção de humanidade²⁶. A musealização aproxima os seres humanos e seus objetos, estabelecendo uma relação entre eles, através da qual a sociedade atribui significados e valores a determinados objetos e os tornam o que chamamos de patrimônio – noção que incorpora tanto objetos materiais quanto imateriais. Essa noção de patrimônio está diretamente ligada ao sentimento de pertença, ligando os seres humanos entre si e eles aos objetos que é capaz de identificar.

Ao falarmos em patrimônio, cabe-nos compreender que ele não é monopólio do museu, há distintas instituições e situações em que ele assume um papel central. A começar pelo fato de não ser necessário que para ser definido como patrimônio o elemento tenha sido retirado de seu ambiente original, deixado de ter seu uso efetivo, como de fato ocorre no museu tradicional. Como vimos, o objeto considerado patrimônio pode muito bem permanecer sendo o que sempre foi, onde sempre se encontrou. Aliás, a noção mais básica de patrimônio refere-se à propriedade, aquilo que pertence a alguém, que o usa a seu bel prazer. Contudo esta é uma definição muito particular, diferente da ideia mais coletiva que aqui temos como eixo condutor.

²⁵ BRUNO, 1999.

²⁶ GUARNIERI, 2010.



No entanto, em alguns casos torna-se necessário criar estratégias para que esse objeto que é considerado patrimônio por uma coletividade não se perca e seja preservado; nesse caso, há uma seleção, um recorte, entre aquilo que será preservado e o que não fará parte desse processo. A isso se relaciona diretamente o processo de musealização, o qual acaba por efetivar o papel de administração da memória da Museologia. Essa ação é, portanto, uma ação seletiva, e devemos estar atentos justamente para compreendermos o que é selecionado, pois dessa forma pode ser preservada apenas a memória hegemônica, ou então ao invés de prevalecer a preservação de uma ou outra memória, servir como instrumento de discussão e construção da memória e da identidade²⁷.

É importante que o patrimônio seja legado às gerações futuras, pois disto depende a continuidade da identidade de um povo, a conservação de sua memória. O ato de transmitir esse patrimônio entre gerações é a ação de tornar o patrimônio uma herança²⁸. Assim, a herança se constitui a partir do conhecimento e preservação do patrimônio, sendo ela a base da identidade das comunidades e característica essencial para seu desenvolvimento. A perda dessa herança, desse fio condutor entre gerações, é também a perda da identidade de uma comunidade.

Ao falarmos aqui de musealização do território, entendemo-lo como território patrimonial, como bem cultural pertencente a uma coletividade humana, como expressão de vida das pessoas. Podemos compreender esse território como um objeto possível de ser musealizado, encarado ele mesmo como patrimônio pela sociedade, ou ainda podemos identificá-lo como sendo um território de ação, em que se dará o processo de musealização de objetos devidamente identificados como patrimônio e que estejam contidos ou que constituam o território em questão. Desta forma, a noção de acervo e patrimônio é ampliada, incorporando territórios inteiros²⁹ (os quais podemos chamar de territórios patrimoniais) bem como seus testemunhos naturais e culturais. Nesse sentido, convém que ele seja apropriado pela população, não puramente em um sentido de posse particular, mas no sentido de uma vivência comunitária.

Observamos assim a evidência da relação museal homem-cenário-objeto. O homem sendo aquele ser que procura suas referências, o objeto a referência ou testemunho / documento constituinte da identidade do ser humano, e o cenário o espaço em que se desenvolve essa referência cultural. Em nosso caso, o homem a que nos referimos é um ser coletivo, pois nossa abordagem, embora procure dar conta do indivíduo, está mais atenta no sujeito coletivo formado pelas comunidades locais; o objeto são os testemunhos significativos para essa parcela da população; o cenário é o museu, no caso, o território.

²⁷ MENESES, 2000.

²⁸ DESVALÉES, MAIRESSE, 2013.

²⁹ BARBUY, 1995.



A musealização do território parte então de reconhecer dentro dele o que constitui seu acervo, ou seja, quais os objetos significativos e relevantes para a constituição da identidade de sua comunidade. Devem-se perguntar, então, quais os objetos que ligam as pessoas a esse território, pelo que ele é conhecido, o que o torna visível, o que o faz ser reconhecido enquanto um território. Nesse sentido, é necessário estar atento para o fato de que a comunidade a quem pertence esse território é sempre diversa e plural³⁰, devendo-se reconhecer diferentes expectativas em função do gênero, idade, escolaridade, renda, religião, afinidade política, profissão, etc. Cada um desses elementos resulta em reconhecer e valorizar os objetos de distintas formas, de tal maneira que um mesmo objeto seja entendido enquanto patrimônio por um grupo de pessoas, mas não por outro. Aos profissionais da área de Museologia cabem identificar os elos que unem as pessoas entre si, bem como as rupturas que as separam, construindo com isso um senso comum de identidade, valorizando o patrimônio, segundo múltiplos usos e significados.

Ao discutirmos o conceito de território, vimos que ele não é necessariamente zonal, podendo perfeitamente ser entendido enquanto uma trama articulando diversos pontos, ou seja, o conjunto de diversos patrimônios e sua relação com as pessoas pode muito bem definir um território museal sem necessariamente obedecer aos limites político-administrativos ou outro já consagrado, afinal o território musealizado estende-se até onde alcança a ação do processo museológico.

Identificamos assim uma diversidade de elementos dispersos, evidenciando que o processo de musealização do território pressupõe, geralmente, uma descentralização espacial. Os elementos podem e devem ficar em seu contexto original, no entanto em alguns casos, quando o esforço de preservação justifique, eles podem ser recolhidos para dentro de instituições museais tradicionais³¹, sem que com isso se descaracterize o território enquanto um museu, pois aqui este é entendido enquanto um processo, o qual contempla inclusive a coleta e conservação em uma dada instituição.

A problemática que esse conjunto de bens patrimoniais tomado como acervo impõe pode muito bem definir a especificidade do território. Essa problemática pode ser puramente uma característica sua que o torna conhecido ou mesmo um problema que deva ser superado.

Embora a ação de musealização parta do reconhecimento do patrimônio coletivo, é necessário não ficar restrito apenas a esse reconhecimento. É preciso que em um passo seguinte sejam estabelecidas estratégias de preservação do patrimônio para que ele não seja perdido, mas

³⁰ BRUNO, 1999.

³¹ BARBUY, 1995.



sim mais bem conhecido, necessitando, portanto, ser estudado e o conhecimento gerado ser compartilhado com toda a sociedade.

O risco que se corre é de o museu, enquanto suporte da memória, servir como instrumento ideológico de alguns grupos, preservando e difundindo apenas a memória hegemônica, terminando por excluir considerável parcela da sociedade³². Ele é capaz de formar opinião, de impor ideologias ou de contestar o que está estabelecido, no entanto, como já citado, seu papel não é apenas de preservar esta memória, mas sim de construí-la, induzi-la, refletir sobre ela.

Embora associemos a memória ao passado, devemos entendê-la como construção do presente³³. Ela é algo seletivo, o ato de sua preservação implica na não preservação de outros elementos que julgamos que possam ser “esquecidos”, estabelecendo-se assim uma hierarquia. Não devemos considerar esse procedimento inadequado, no entanto o que não podemos fazer é ignorá-lo, não o conhecer. Nossa identidade se forma a partir da memória preservada, daí a importância de conhecer esse processo.

A memória está ligada ao conhecimento, à consciência da herança e do patrimônio. É necessário muito cuidado ao tratar disso, pois há o risco de esse patrimônio servir apenas à classe hegemônica, tendo o museu exercendo um papel homologatório dos interesses dominantes. Nesse caso há uma exclusão social decorrente de um processo de alienação, quando na verdade o museu deveria contribuir para uma efetivação da cidadania em todos os seus sentidos.

O poder tem suas instituições para validar suas ações, como as escolas, as universidades e os museus. A diferença é que as primeiras certificam e a última não, o que não a impede de ter compromissos ideológicos em muitos casos. No entanto, tais quais as demais instituições, sua vitalidade está na capacidade que tem de servir como instrumento provocador de mudanças para alcançar o desenvolvimento social.

Foi assim que na segunda metade do século XX grupos de educadores e lideranças comunitárias enxergaram nos processos museológicos um potencial de transformação social. O contexto em que foi nascendo a noção de museu de território foi justamente em meio a diversos questionamentos da condição humana, em particular com a acentuação do processo de Globalização, bem como a rejeição da sociedade de consumo e as cisões Leste / Oeste (mundo socialista *versus* mundo capitalista) e Norte / Sul (mundo desenvolvido *versus* mundo subdesenvolvido)³⁴.

³² MENESES, 2000; CHAGAS, 1999.

³³ MENESES, 2000.

³⁴ MAIRESSE, DESVALÉES, 2005.



O global e o local não se opõem, mas se complementam. No atual estágio do capitalismo em que nos encontramos, a Globalização (ou Mundialização) é um fenômeno que em maior ou menor grau atinge a sociedade como um todo. No entanto, por ser uma tradução do espaço, a Globalização também nos é uma ideia vaga e abstrata e só é realmente conhecida pelos efeitos que se manifestam em um dado local. Podemos dizer que apenas quando ela se territorializa que podemos identificá-la³⁵.

É assim que o consumismo do mundo globalizado desterritorializa as pessoas ao gerar necessidades que não são definidas por elas nem oriundas do local em que vivem; ao querer satisfazer essas necessidades, as pessoas se desprendem de seu lugar de origem sem, contudo, se prender a um outro lugar, perdendo assim sua consciência de pertencimento ao mundo³⁶. O mesmo se dá quando alguma referência é criada de modo artificial em dado espaço no meio de certa sociedade sem que seja demandada por ela, ainda que tenha sido criada para ela – essa artificialidade também acaba por desterritorializar a sociedade ao deturpar seus sistemas de referências, de identificação.

Ao se perder esse sistema de referências, deixa-se de perceber o território como patrimônio coletivo, assim esse espaço não é entendido enquanto local de disputa social, de manifestação do conflito de classes e resultante das desigualdades sócio-territoriais impostas pelo atual modelo socioeconômico no qual vivemos. Isso impede ou dificulta a apropriação desse território, bem como evidencia que perder a consciência espacial é perder a memória e a identidade.

A superação dos problemas locais poderia estar na valorização dos elementos constituintes do próprio território, os quais só precisavam ser apropriados adequadamente. Os museus de território contribuem com a busca de uma cidadania plena a começar por propiciar a participação social. Para que esse processo museológico se efetive, é necessário que a comunidade se envolva. O corpo técnico tem com o objetivo apenas poder reconhecer os interesses comuns e favorecer a efetivação do projeto comunitário para o território, valorizando o patrimônio coletivo e servindo como meio de melhorar as condições das pessoas.

Essas melhoras pode se dar em diversos níveis. Em um nível mais particular, pode-se atender o indivíduo, servindo pontualmente a um sujeito específico. De outra maneira, pode-se abarcar um grupo de pessoas mais amplo: o museu, o acervo que possui, as atividades que realiza, a exposição que eventualmente tenha servem como catalisadores para os processos de regeneração social, problematizando as temáticas da comunidade e auxiliando-a a encontrar as soluções para seus problemas. O museu, portanto, da mesma maneira que não deve fornecer

³⁵ SANTOS, 2012a.

³⁶ SANTOS, 2012b; SANTOS, 2012c.

uma memória como correta, ou uma identidade como pronta, não tem condições de dar soluções instantâneas, somente favorecer com que os sujeitos as busquem com o auxílio das informações que são partilhadas e do conhecimento que é produzido.

Servindo assim intimamente ao grupo, esses processos museológicos reforçam os laços identitários e inclusive podem recuperar as parcelas marginalizadas da população, integrando-as no seio de uma comunidade que partilha dos mesmos problemas, em cuja busca de soluções todos podem contribuir. O museu se torna assim espaço de convívio e sociabilidade, recuperando o protagonismo das comunidades, valorizando-a a partir de sua própria ação.

3. Considerações Finais

Vemos assim, que a Museologia que encontramos hoje e que adotamos nos casos aqui estudados é essencialmente política, e é esse entendimento na perspectiva da Sociomuseologia que justifica o recorte teórico-metodológico adotado para tratar da musealização do território, afinal as transformações socioespaciais serão decorrentes justamente dessa ação política, iniciando com a tomada de consciência e reflexão crítica da realidade e sua posterior intervenção em prol de mudanças significativas que de fato venham a humanizar os seres humanos, tornando-os menos desiguais e mais integrados aos ambientes em que vivem.

A musealização do território que procuramos é uma que seja socialmente justa, ambientalmente necessária e economicamente viável, garantindo assim a perpetuação da sociedade que ocupa dado território. Rejeitamos uma intervenção movida unicamente por interesses mercadológicos ou que não tenha nenhuma preocupação com o processo identitário da população e o espaço que ocupa.

Acreditamos que esse tipo de iniciativa pode fomentar importantes transformações em áreas socioeconomicamente desfavorecidas, as quais deveriam ser olhadas com prioridade. Esse processo deve funcionar como uma ferramenta de governança capaz de conceber uma territorialidade que assegure a conservação da paisagem, entendendo os seres humanos como parte dela, os quais devem ter seus direitos protegidos e as condições mínimas de sua sobrevivência garantidas.

Referências

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v.3, n. 1, p. 209-236, jan./dez. de 1995. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/anaismp/v3n1/a19v3n1.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2015.



BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 17. Lisboa: ULHT, 1999.

_____. Museologia e Museus - os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 25. Lisboa: ULHT, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu - a ótica museológica de Mário de Andrade. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 13. Lisboa ULHT, 1999.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: ICOM / Armand Colin, 2013.

GEOPARK ARARIPE. **GeoPark Araripe**. Disponível em: <<http://geoparkararipe.org.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. In: BRUNO, Maria Cristina oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. SEC-SP, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IPHAN. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 mai. 2009. Seção 1, p. 17.

_____. **Coordenação da Paisagem Cultural**. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: IPHAN, 2011.

ITAIPU BINACIONAL. **Ecomuseu**. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/turismo/ecomuseu>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MAIRESSE, François; DESVALLÉES, André. Brève histoire de la muséologie, des inscriptions au musée virtuel. In: MARIAUX, P. A. (Ed.). **L’objet de la muséologie. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, Institut d’Histoire de l’Art et de Muséologie**, 2005. (Col. L’Atelier de Thesis, n. 2).

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Educação e museus: sedução, riscos e ilusões**. Ciências & Letras. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 27, p. 91-101, 2000.

_____. O museu e o problema do conhecimento. In: **A pesquisa no Museu como produção de conhecimento original**. Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas. Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012a.



_____. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2012b.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2012c.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos**. São Paulo: Edusp, 2014.

SAUER, Carlo. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Lobato; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

Recebido em: 28/04/15. Aprovado em: 22/06/15.

